



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Concurso Público para Fiscal de Rendas 2010

Prova Objetiva do dia 21.04.2010

Direito Empresarial (Comercial), Direito Tributário, Legislação Tributária, Contabilidade Geral e de Custos e Auditoria.

CADERNO DE PROVA TIPO 03

Informações Gerais:

1. Você está recebendo do fiscal da sala o seguinte material:
 - a) este caderno de **Prova Tipo 03**, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
Atenção!
*Verifique se a folha de resposta contém a informação **Tipo 03**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala.*
 - b) uma folha destinada à marcação das respostas das questões formuladas neste caderno.
2. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) conferir se seu nome e número de inscrição estão corretos;
 - b) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - c) assinar a folha de respostas.
3. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de repostas, que será o único documento válido para correção da prova.
4. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo de inteira responsabilidade do candidato.
5. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. As questões da prova serão identificadas pelo número que se situa ao lado do enunciado.
7. O rascunho do caderno de questões não será levado em consideração.
8. O tempo disponível para essa prova será de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo para a marcação da folha de respostas.
9. Durante as primeiras 2 (duas) horas, o candidato não poderá deixar o recinto de realização da prova, salvo por motivo de força maior.
10. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões caso permaneça em sala até 30 (trinta) minutos antes do término do horário previsto.

Direito Empresarial (Comercial)

1

Com relação à *representação comercial autônoma*, analise as seguintes afirmativas.

- I. Para o exercício da atividade de representante comercial autônomo é necessário o prévio registro no Conselho Regional dos Representantes Comerciais.
- II. O contrato de representação comercial passou a ser regido pelo Código Civil, revogando-se a Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regulava, em sede especial, as atividades dos representantes comerciais autônomos.
- III. O representante comercial autônomo faz jus ao recebimento da comissão quando for feito o pagamento dos pedidos ou propostas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

2

Com relação às *sociedades nacionais e sociedades estrangeiras*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A sociedade constituída segundo a lei estrangeira poderá exercer atividade no Brasil, desde que autorizada pelo Poder Executivo, submetendo-se, quanto aos atos praticados no Brasil, às leis e aos tribunais do país em que se constituiu.
- II. A sociedade é nacional quando é organizada em conformidade com a lei brasileira, tem a sede de sua administração no território brasileiro e com a maioria de seu capital controlado por brasileiros natos.
- III. O estrangeiro está proibido de exercer qualquer atividade empresarial no Brasil.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

3

Com relação aos *atos cambiais*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O aval garante o pagamento do título de crédito e não pode ser parcial.
- II. O endosso possibilita o protesto do título de crédito.
- III. O aceite é ato a ser praticado pelo sacado.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

4

Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É o complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária.
- (B) Refere-se tão-somente à sede física da sociedade empresária.
- (C) Desponta a noção de aviamento.
- (D) Inclui, também, bens incorpóreos, imateriais e intangíveis.
- (E) É integrado pela propriedade intelectual.

5

Com relação aos *órgãos sociais das sociedades anônimas*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A assembleia geral ordinária poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da companhia.
- II. O estatuto da companhia poderá prever a existência de órgãos técnicos de assessoramento, não previstos na lei das sociedades por ações.
- III. O conselho de administração é, em princípio, órgão facultativo, sendo obrigatório somente nas sociedades anônimas abertas, nas de capital autorizado e nas de economia mista.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

6

Com relação à *constituição das sociedades anônimas*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a validade da constituição da sociedade anônima, são necessários, no mínimo, sete subscritores iniciais de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- II. Para a constituição por subscrição pública, é necessário o prévio pedido de registro da emissão de ações na Comissão de Valores Mobiliários, assinado pelo fundador e por uma instituição financeira intermediária.
- III. É possível a constituição de uma companhia fechada por meio de escritura pública lavrada em cartório de notas.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

7

Com relação à *propriedade industrial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os bens industriais patenteáveis são a invenção e o modelo de utilidade.
- II. A marca de alto renome gozará de proteção em todos os ramos de atividade, excepcionando-se, assim, a regra da especificidade, segundo a qual a proteção da marca é restrita à sua classe de produtos ou serviços.
- III. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 anos, contados da data do depósito, ou pelo prazo de 10 anos, contados da concessão, o que ocorrer por último, ressalvada, no segundo caso, a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

8

Com relação aos *livros comerciais*, desconsiderando a categoria dos micro-empresários e empresários de pequeno porte, analise as afirmativas a seguir.

- I. O livro "Diário", ou os instrumentos contábeis que legalmente o substituem (as fichas de lançamentos e o livro "Balancetes Diários e Balanços"), é o único livro de escrituração obrigatória para todos os empresários.
- II. Em demanda entre empresário contra não-empresário, o livro comercial faz prova irrefutável a favor do seu titular, desde que atendidos todos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de regularidade do livro.
- III. As sociedades limitadas, regidas supletivamente pelas normas da sociedade simples, estão dispensadas da escrituração do livro "Registro de Duplicatas".

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

9

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006) reza que:

"Art. 3.º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)."

Também poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- (A) a sociedade que participe do capital de outra pessoa jurídica, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (B) a sociedade filial de pessoa jurídica com sede no exterior, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (C) a sociedade resultante de cisão ocorrida em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (D) a sociedade cooperativa de consumo, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (E) a sociedade por ações, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

10

Com relação à *falência*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na falência, não podem ser reclamados os créditos de obrigações a título gratuito.
- II. Na falência, não é atribuição da assembleia-geral de credores a constituição do Comitê de Credores.
- III. O prazo para o credor apresentar ao administrador judicial a sua habilitação ou a sua divergência quanto ao crédito relacionado é de 15 (quinze) dias, contados da publicação do Edital.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

11

Com relação ao *nome empresarial*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) "Alves & Cia. C/A" refere-se a uma sociedade em comandita por ações que optou pela utilização de firma social, sendo Alves um sócio diretor ou gerente da sociedade.
- (B) "Rocco e Irmãos Ltda. EPP" refere-se a uma sociedade limitada que optou pela utilização de firma social e que goza do regime diferenciado e favorecido dispensado às empresas de pequeno porte, sendo Rocco (e alguns de seus irmãos, se não todos) sócio dessa sociedade.
- (C) "José da Silva Minerações S/A" refere-se a uma sociedade anônima que tem como objeto a atividade mineradora, sendo José da Silva uma pessoa que concorreu para o sucesso dessa empresa.
- (D) "José S. da Silva" refere-se a um empresário individual.
- (E) "Companhia Nacional de Armarinhos" refere-se a uma sociedade limitada que adota as normas da sociedade anônima como lei supletiva e que tem como objeto a atividade de armarinhos.

12

Com relação à *recuperação judicial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O processo de recuperação judicial aplica-se a todos os tipos de sociedade dotadas de personalidade jurídica.
- II. O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado pelo devedor em Juízo no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.
- III. Segundo a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, convolvam-se em recuperação judicial os processos de concordata ajuizados antes do início de sua vigência.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

13

As alternativas a seguir apresentam figuras que estão proibidas de exercer a atividade empresarial, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O falido que, mesmo não tendo sido condenado por crime falimentar, não foi reabilitado por sentença que extingue suas obrigações.
- (B) O magistrado.
- (C) O militar da ativa.
- (D) A mulher casada pelo regime da comunhão universal de bens, se ausente a autorização marital para o exercício de atividade empresarial.
- (E) Os que foram condenados pelo juízo criminal à pena de vedação do exercício de atividade mercantil.

14

A respeito do *traspasse do estabelecimento empresarial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de traspasse de estabelecimento empresarial produzirá efeitos quanto a terceiros só depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis e de publicado na imprensa oficial.
- II. Com relação aos créditos de natureza civil vencidos antes da celebração do contrato de traspasse, o vendedor do estabelecimento continuará por eles solidariamente obrigado, pelo prazo de um ano contado a partir da publicação do contrato de traspasse na imprensa oficial.
- III. Não se admite, mesmo por convenção expressa entre os contratantes, o imediato restabelecimento do vendedor do estabelecimento no mesmo ramo de atividades e na mesma zona geográfica.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

15

Com relação ao *registro da empresa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A matrícula, o arquivamento e a autenticação são atos do registro de empresa.
- II. O empresário que desenvolve atividade rural de grande porte está obrigado a requerer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- III. Compete ao Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, a execução do ato de registro do empresário.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

16

Segundo o art. 966 do Código Civil, é considerado *empresário*:

- (A) quem é sócio de sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- (B) quem é titular do controle de sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- (C) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.
- (D) quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística.
- (E) quem assume a função de administrador em sociedade limitada ou sociedade anônima.

17

Com relação à *alienação fiduciária em garantia*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor torna-se proprietário do bem alienado e seu possuidor direto.
- II. Não se admite a alienação fiduciária em garantia de bens imóveis.
- III. No contrato de alienação fiduciária, não se admite cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

18

Com relação à *proteção da ordem econômica e da concorrência*, analise as afirmativas a seguir:

- I. A discriminação de adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, conduta prevista no artigo 21, XII, da Lei n.º 8.884/94, não caracterizará infração da ordem econômica se essa conduta foi praticada sem a intenção de ou não tiver o efeito de prejudicar a livre concorrência, dominar mercado relevante, aumentar arbitrariamente os preços ou exercer de forma abusiva uma posição dominante.
- II. O Conselho Administrativo de Defesa da Ordem Econômica - CADE, um dos órgãos de defesa da ordem econômica e da concorrência, tem atuação de natureza administrativa tanto repressiva como preventiva.
- III. A livre iniciativa é princípio garantido, no Brasil, em sede constitucional.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19

Com relação às *sociedades limitadas*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Salvo estipulação em contrário, nas omissões do capítulo do Código Civil que trata das sociedades limitadas, aplicam-se as regras da sociedade simples também dispostas no Código Civil.
- (B) Admite-se, na sociedade limitada, a contribuição do sócio que consista em prestação de serviços.
- (C) Se autorizado pelo contrato social, a sociedade limitada pode ter administrador não-sócio; inexistente esta autorização, só os sócios podem ser administradores.
- (D) Se a sociedade limitada tiver no máximo 10 (dez) sócios, o contrato social pode prever que as deliberações sejam tomadas em reunião de sócios e não em assembleias.
- (E) Na sociedade limitada, é facultativa a instalação do Conselho Fiscal.

20

Com relação ao *protesto*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Protesto é o ato pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
- II. O protesto é imprescindível para a execução da nota promissória contra o emitente.
- III. O protesto, para o exercício do direito de crédito, não é necessário contra o sacado da duplicata.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito Tributário**21**

Com relação ao *lançamento tributário*, analise as afirmativas a seguir.

- I. De acordo com a redação do CTN o lançamento por homologação é aquele efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- II. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado a qualquer tempo em virtude da caracterização de erro de direito.
- III. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

22

Com relação aos tributos de competência dos Estados é correto afirmar que:

- (A) o ICMS deverá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- (B) o ITCMD terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar, caso o doador tenha domicílio ou residência no exterior.
- (C) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal, sendo que, em casos de isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não ocorrerá a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- (D) em razão de expressa disposição constitucional e atendimento ao princípio da capacidade contributiva, o IPVA não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização dos veículos.
- (E) o ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas por resolução do Confaz.

23

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O contribuinte de direito poderá postular a repetição do indébito se estiver autorizado por quem tenha assumido o encargo financeiro do tributo.
- II. Os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.
- III. A correção monetária incide a partir do pagamento indevido.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

24

Com relação ao adquirente de *fundo de comércio ou estabelecimento comercial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Terá responsabilidade integral se o alienante cessar a exploração da atividade.
- II. Terá responsabilidade subsidiária se o alienante iniciar, em até seis meses, nova atividade em outro ramo de comércio.
- III. Será responsável no caso de aquisição de filial mediante alienação judicial em processo de falência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

25

Com relação ao ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços de comunicação não estão sujeitos ao ICMS.
- (B) Não pode haver uma mesma operação comercial, ainda que de natureza mista (com fornecimento de mercadoria e prestação de serviços), que seja tributada tanto pelo ICMS (valor da mercadoria) como pelo ISS (valor do serviço).
- (C) Incide no caso de transferência de titularidade de bens do ativo fixo ou imobilizado.
- (D) Não incide quando se tratar de bem ou mercadoria importado por pessoa que não seja contribuinte habitual do imposto, nos termos das Constituição Federal.
- (E) Será garantida a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores no caso de exportação de mercadorias, mesmo que a Constituição Federal expressamente determine a não incidência do ICMS sobre mercadorias e serviços destinados ao exterior.

26

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Código Tributário Nacional, no artigo 195, nega aplicação às disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar os livros comerciais do contribuinte.
- (B) A fiscalização tem o seu poder limitado, dentre outras, por força de questões funcionais e territoriais.
- (C) O sigilo de correspondência não pode ser invocado pelo contribuinte em sua defesa, uma vez que este direito poderá ser afastado no exercício da fiscalização pelas autoridades administrativas, mesmo sem haver autorização judicial.
- (D) O Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento no sentido de não ser possível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo de cobrança de tributo.
- (E) Não se admite, segundo entendimento consagrado no Supremo Tribunal Federal, a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

27

As alternativas a seguir apresentam *princípios tributários* consagrados no texto constitucional, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Princípio do não-confisco.
- (B) Princípio da liberdade de tráfego.
- (C) Princípio da anualidade.
- (D) Princípio da anterioridade.
- (E) Princípio da capacidade contributiva.

28

Com relação à *interpretação e integração da legislação tributária*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- II. A lei tributária, expressa ou implicitamente expressa pela Constituição Federal, pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados para definir ou limitar competências tributárias.
- III. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

29

Em relação às normas constitucionais relativas às *contribuições previdenciárias*, examine as afirmativas a seguir.

- I. A seguridade social será financiada, dentre outras, por contribuições a cargo do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que com vínculo empregatício.
- II. As contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- III. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes sobre a receita ou faturamento serão não-cumulativas.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

30

As alternativas a seguir apresentam *atribuições da lei complementar tributária*, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- (B) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- (C) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.
- (D) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.
- (E) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

31

O Código Tributário Nacional, em seu artigo 156, relaciona expressamente as hipóteses de *extinção do crédito tributário*.

As alternativas a seguir apresentam hipóteses que estão inseridas na extinção do crédito tributário, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Novação.
- (B) Dação em pagamento com bens imóveis.
- (C) Transação.
- (D) Compensação.
- (E) Pagamento antecipado e homologação do lançamento.

32

As alternativas a seguir apresentam modalidades de *suspensão da exigibilidade do crédito tributário*, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A moratória.
- (B) As reclamações e os recursos, consoante a legislação que regula o processo administrativo.
- (C) A liminar em mandado de segurança.
- (D) A compensação.
- (E) O parcelamento.

33

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A solidariedade tributária instaura-se entre os sujeitos que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e, nesta hipótese, não comporta benefício de ordem.
- (B) A capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- (C) A denúncia espontânea, formulada antes da notificação do lançamento ao sujeito passivo, exclui a responsabilidade por infrações à legislação tributária, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa.
- (D) O sujeito passivo é denominado contribuinte quando tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (E) O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.

34

Com relação à *dívida ativa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O lançamento regularmente notificado ao contribuinte, porque dotado de exigibilidade, constitui dívida ativa tributária.
- II. A certidão de dívida ativa poderá ser emendada ou substituída até a decisão de primeira instância judicial, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- III. A certidão negativa de débito expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

35

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É inconstitucional a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção, tratamento e destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- (B) É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI, com base no valor venal do imóvel.
- (C) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal não constitui fato gerador do ICMS a saída física de máquinas e utensílios a título de comodato.
- (D) É inconstitucional a incidência do ISSQN sobre operações de locação de bens móveis.
- (E) Cabe a restituição do ICMS pago indevidamente quando reconhecido que o contribuinte de direito não recuperou do contribuinte de fato o *quantum* respectivo.

36

Com relação aos *empréstimos compulsórios*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os empréstimos compulsórios deverão ser instituídos por meio de lei complementar.
- (B) A instituição do empréstimo compulsório se justifica quando, para atender a calamidade pública, são necessárias despesas extraordinárias.
- (C) A iminência de guerra externa é fundamento suficiente para a instituição de empréstimo compulsório.
- (D) Todos os entes da Federação têm competência para a instituição do empréstimo compulsório, desde que haja urgência de investimento público.
- (E) O empréstimo compulsório poderá ser instituído sob o fundamento de relevante interesse nacional.

37

Com relação à *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* (CIDE), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Não poderá incidir sobre receitas de exportação.
- (B) Não poderá incidir sobre a importação de produtos estrangeiros.
- (C) Poderá incidir sobre a importação de serviços.
- (D) Poderá ter alíquota *ad valorem* tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.
- (E) Poderá ter alíquota específica tendo por base a unidade de medida adotada.

38

Analisar as afirmativas a seguir.

- I. A cobrança judicial do crédito tributário fica sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- II. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cuius* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.
- III. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, sem qualquer exceção.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

39

Analisar as afirmativas a seguir.

- I. A principal característica do contribuinte do ICMS é a habitualidade, admitindo-se exceção pelo critério de volume.
- II. O responsável ou sujeito passivo indireto é todo aquele obrigado ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, mesmo sem revestir-se da condição de contribuinte.
- III. A entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado, para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se também como fato gerador do imposto.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

40

Com relação aos *tratados internacionais bilaterais* firmados para evitar a bitributação, assinale a alternativa correta.

- (A) Versam especificamente sobre tributos incidentes sobre a renda e o capital.
- (B) Encontram-se submetidos às regras do GATT e OMC.
- (C) Podem ser interpretados sempre de acordo com a lei interna dos países signatários.
- (D) Ampliam, em muitos casos, a tributação (alíquota e base de cálculo) prevista na lei interna.
- (E) Não dependem de referendo do Congresso Nacional, sendo prerrogativa exclusiva do chefe do Executivo.

Legislação Tributária**41**

Assinale a alternativa que contenha as expressões que completam corretamente o texto a seguir.

Segundo a legislação do Estado do Rio de Janeiro, o contribuinte que receber, _____, mercadoria sujeita à substituição tributária, sem que tenha sido feita a retenção _____ na operação _____, fica _____ responsável pelo recolhimento do imposto que deveria ter sido retido.

- (A) de dentro ou de fora do Estado / parcial / subsequente / solidariamente.
- (B) de dentro ou de fora do Estado / total / anterior / solidariamente.
- (C) de fora do Estado / total / anterior / subsidiariamente.
- (D) de fora do Estado / parcial / subsequente / subsidiariamente.
- (E) de dentro do Estado / parcial / anterior / pessoalmente.

42

Com relação ao *Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor* – IPVA, instituído e cobrado no Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O imposto incide sobre a propriedade de aeronaves.
- (B) É isento do pagamento do IPVA os veículos automotores terrestres com mais de 15 (quinze) anos de fabricação.
- (C) A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor.
- (D) A alíquota é de 3% para automóveis de passeio e camionetas bi-combustíveis, movidos a álcool e/ou gasolina.
- (E) O imposto é devido por duodécimos ou fração que faltar para o término do exercício, na hipótese de perda da condição de não-incidência ou de isenção.

43

Com relação ao julgamento do litígio no processo administrativo tributário no estado do Rio de Janeiro, quanto à indicação do órgão ou autoridade competente para decidir, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Recurso de decisão unânime de Câmara do Conselho de Contribuintes, desfavorável à Fazenda = Secretário de Estado da Fazenda.
- (B) Recurso voluntário de decisão unânime de Turma da Junta de Revisão Fiscal = Conselho de Contribuintes.
- (C) Impugnação de decisão do Titular da Inspeção de Fiscalização, que indeferiu pedido de repetição de indébito = Junta de Revisão Fiscal.
- (D) Recurso de ofício de decisão não unânime de Turma da Junta de Revisão Fiscal = Presidente do Conselho de Contribuintes.
- (E) Recurso de decisão acordada por menos de 3/4 (três quartos) do Plenário do Conselho de Contribuintes, desfavorável à Fazenda = Secretário de Estado da Fazenda.

44

Com relação ao *Simples Nacional* (Lei Complementar nº. 123/06), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional pode, de ofício, ser excluída do regime, porque ofereceu resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento onde desenvolve suas atividades.
- (B) A pessoa jurídica, mesmo tendo auferido no ano-calendário receita bruta inferior a R\$ 240.000,00, não pode ingressar no Simples Nacional, porque possui débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- (C) A pessoa jurídica, embora tenha sócio domiciliado no exterior, tem seu ingresso admitido no Simples Nacional, porque se dedica exclusivamente à prestação de serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática.
- (D) A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional tem direito à apropriação de crédito do ICMS relativo às entradas de mercadorias em seu estabelecimento, até o limite do imposto efetivamente devido nas operações de venda que realizar.
- (E) A pessoa jurídica, embora optante pelo Simples Nacional, é obrigada ao pagamento do ICMS nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária.

45

Com relação ao fato gerador do ICMS, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Na venda à ordem ou para entrega futura, considera-se ocorrido o fato gerador na data em que se efetivar a saída da mercadoria.
- (B) No caso de o serviço de comunicação ser prestado mediante ficha ou cartão, o fato gerador do ICMS ocorre quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário ou ao intermediário.
- (C) A saída de pneu recauchutado ou regenerado, não é fato gerador do ICMS, sempre que efetuada pelo prestador de serviço a consumidor final.
- (D) No caso de importação, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no desembaraço aduaneiro, inclusive no caso de a entrega da mercadoria importada dar-se antes do ato do despacho aduaneiro.
- (E) Nas transferências de mercadorias para outro estabelecimento da mesma empresa, ocorre o fato gerador na saída das mesmas do estabelecimento remetente.

46

O contribuinte lançou crédito de ICMS indevido em sua escrita fiscal.

O fiscal de rendas que apurou a irregularidade deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) não lavrar auto de infração e apenas intimar o contribuinte a estornar o valor do crédito indevido.
- (B) lavrar auto de infração para exigir apenas a multa de 60% (sessenta por cento) do respectivo valor.
- (C) lavrar auto de infração com exigência do valor do crédito indevidamente apropriado, apenas com acréscimo moratório.
- (D) lavrar auto de infração com exigência do valor do crédito indevidamente apropriado, com acréscimo moratório e multa de 60% (sessenta por cento) do respectivo valor.
- (E) lavrar nota de lançamento.

47

Sociedade empresária “X” importou da França uma máquina para seu ativo permanente. O preço constante dos documentos de importação foi de US\$ 1.000,00.

A importadora suportou as seguintes despesas:

- I. US\$ 100,00 de imposto de importação, à taxa de câmbio de R\$ 2,00;
- II. R\$ 250,00 de IPI;
- III. R\$ 50,00 de despesas aduaneiras diversas;
- IV. R\$ 40,00 de frete pelo transporte do porto até seu estabelecimento.

O pagamento da máquina ao exportador estrangeiro foi feito ao câmbio de R\$ 2,10 e a alíquota do ICMS aplicável na importação foi de 18%.

Assinale a alternativa que indique corretamente a base de cálculo do ICMS.

- (A) igual a R\$ 2.600,00
- (B) inferior a R\$ 2.500,00
- (C) igual a R\$ 2.540,00
- (D) igual a R\$ 2.500,00
- (E) superior a R\$ 3.000,00

48

Com relação ao serviço tomado ou à mercadoria entrada no estabelecimento, a Lei Complementar nº 87/96 estabelece a obrigatoriedade do estorno do ICMS de que se tiver creditado o sujeito passivo, sempre que ocorrerem os fatos apresentados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A mercadoria vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- (B) A mercadoria for alienada por importância inferior ao valor que serviu de base de cálculo na operação de que decorreu sua entrada no estabelecimento.
- (C) A mercadoria vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- (D) A mercadoria ou o serviço for objeto de saída ou prestação não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- (E) A mercadoria for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto.

49

Com relação ao *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação* – ITD, no caso de extinção de usufruto de imóvel por renúncia do usufrutuário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O imposto não é devido, pois o ITD só incide sobre transmissão *causa mortis*.
- (B) O imposto é devido, desde que o usufrutuário não seja proprietário de outro imóvel.
- (C) O imposto não é devido, salvo se a extinção do usufruto tivesse decorrido de morte do usufrutuário.
- (D) O imposto é devido, pois ocorreu transmissão de direito real sobre o imóvel.
- (E) O imposto é devido, sendo a base de cálculo do ITD equivalente a 60% do valor do bem.

50

Com relação à *Taxa Judiciária*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Nos processos contenciosos em que sejam autores a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a taxa será devida, na execução, pela parte contrária, quando condenada ou no caso de aquiescência ao pedido, desde que os referidos entes políticos concedam igual benefício ao Estado do Rio de Janeiro.
- (B) A Taxa Judiciária incide sobre os serviços de atuação de todos os que intervêm nos processos judiciais.
- (C) Os atos praticados dentro de processo judicial, no qual se pagou a Taxa Judiciária, se autônomos, como a reconvenção e os embargos do devedor, sujeitam-se ao pagamento de Taxa Judiciária.
- (D) A base de cálculo da Taxa Judiciária é o valor do pedido, assim entendido a soma do principal, juros, multas, honorários e quaisquer vantagens pretendidas pelas partes.
- (E) Nos inventários e arrolamentos, a Taxa Judiciária deve ser paga até o último dia útil do sexto mês posterior à distribuição.

51

Com relação aos *prazos* para a prática dos atos no processo administrativo tributário, à luz das disposições do Código Tributário Estadual (Decreto-lei nº. 5/75), é correto afirmar que:

- (A) o prazo para realização da perícia é fixado pela autoridade competente, atendido o grau de complexidade da matéria a ser examinada.
- (B) a autoridade competente não pode prorrogar os prazos, ou reabri-los, a não ser diante apenas da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.
- (C) não estando fixado na legislação, o prazo é de 5 (cinco) dias para a parte e, para o servidor, de 10 (dez) dias.
- (D) os prazos são contínuos, excluindo-se em sua contagem o dia do início e o do vencimento.
- (E) o prazo de recurso da resposta contrária aos contribuintes, em consulta por estes formulada, será, no mínimo, de 10 (dez) dias.

52

A alíquota do ICMS, aplicável nas operações ou prestações internas, pode ser de 5% (cinco por cento), se prevista:

- (A) em resolução do Senado Federal.
- (B) em convênio interestadual.
- (C) na lei estadual.
- (D) na Constituição Federal.
- (E) na Constituição Estadual.

53

Com relação à *Nota Fiscal Eletrônica* – NF-e, analise as afirmativas a seguir.

- I. A NF-e pode ser utilizada em substituição à Nota Fiscal modelo 1 e 1-A, à Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 e à Nota Fiscal do Produtor modelo 4.
- II. A validade jurídica da NF-e é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.
- III. A partir de 1º de dezembro de 2010, é obrigado a emitir NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, o contribuinte que, independentemente da atividade econômica exercida, realize operações destinadas à administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

54

Certo contribuinte do ICMS foi objeto de autuação pela fiscalização estadual fluminense.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A lavratura do auto de infração pode ter sido realizada por funcionário da Secretaria da Fazenda Estadual, para tanto designado, mesmo que não exercente do cargo de Fiscal de Rendas.
- (B) A lavratura do auto de infração foi inválida, porque o contribuinte, em perfeita submissão aos dispositivos legais próprios, autodenunciara a irregularidade apontada no auto, antes do início da respectiva ação fiscal.
- (C) Como no caso ocorreu reincidência (pela primeira vez), a multa aplicável teve seu valor original acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
- (D) Como concomitantemente com a infração de dispositivo de caráter formal – falta de inscrição no Cadastro Estadual – verificou-se também, infração por falta de pagamento do ICMS, aplicou-se multa unicamente pela infração relativa à falta de pagamento.
- (E) O contribuinte pôde saldar o débito objeto da lavratura com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa, pois efetuou seu pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da autuação.

55

A respeito dos *Convênios-ICMS*, segundo a Lei Complementar nº 24, de 07.01.75, assinale a alternativa correta.

- (A) Entram em vigor no trigésimo dias após a publicação de sua ratificação nacional, salvo disposição em contrário.
- (B) Podem ser autorizativos e impositivos.
- (C) Dependem, para concessão e revogação de benefícios e isenções do ICMS, de aprovação unânime dos Estados representados.
- (D) Aplicam-se apenas às unidades da Federação cujos representantes tenham comparecido à reunião em que tenham sido celebrados.
- (E) Devem ser ratificados mediante decreto de cada unidade da Federação, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua publicação no Diário Oficial da União.

56

“Sociedade empresária sediada no Estado do Rio de Janeiro, com atividade industrial, promove as seguintes operações:

- I. remessa de mercadoria destinada a conserto;
- II. venda de produtos para um país europeu;
- III. venda de produtos para um estado do Nordeste brasileiro;
- IV. remessa de produtos de sua fabricação para um de seus estabelecimentos localizado no Estado do Rio Grande do Sul.”

Com relação a estas operações, todas destinadas a contribuintes do ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) suspensão / imunidade / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o valor de custo da mercadoria produzida.
- (B) isenção / imunidade / incidência, calculado à alíquota de 12% / incidência, calculado sobre o preço praticado pela empresa com comprador não considerado interdependente.
- (C) não incidência / isenção / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o custo da mercadoria produzida.
- (D) suspensão / diferimento / incidência, calculado à alíquota de 18% / incidência, calculado sobre o preço FOB estabelecimento industrial à vista.
- (E) isenção / isenção / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o preço corrente da mercadoria produzida.

57

Sociedade empresária industrial, com relação aos produtos que fabrica e vende, sofre incidência de IPI à alíquota de 15% e concede desconto de 10% apenas para os clientes que firmarem contrato de financiamento com outra empresa do mesmo grupo.

Com relação à base de cálculo do ICMS, assinale a alternativa que apresenta **incorreção** referente à incidência de IPI e à concessão de desconto.

- (A) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à industrialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.
- (B) O valor do IPI é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à comercialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto não se inclui na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.
- (C) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se a órgão da Administração Pública Municipal / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, salvo se concedido de maneira não condicionada.
- (D) O valor do IPI é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se ao consumo por adquirentes não contribuintes / O valor correspondente ao desconto não se inclui na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.
- (E) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à comercialização ou à industrialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.

58

Com relação ao Sistema Eletrônico de Processamento de Dados – SEPD, analise as afirmativas a seguir e assinale V para verdadeira e F para falsa.

- I. A emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor por SEPD condiciona-se ao regular uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). ()
- II. Pode ser escriturado mediante SEPD o Livro de Movimentação de Produtos (LMP). ()
- III. No caso de impossibilidade técnica de emissão de documentos fiscais pelo SEPD, o documento pode ser preenchido por outra forma. ()
- IV. É permitida, nos livros fiscais escriturados por SEPD, a escrituração das operações ou prestações de todo o período de apuração por meio de emissão única. ()

Assinale a alternativa que contenha, de cima para baixo, a ordem correta.

- (A) F – F – F – V.
- (B) F – V – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) V – V – V – F.

59

A Lei nº 2.657/96 cogita da atribuição da qualidade de contribuinte substituto, responsável pela retenção e recolhimento do ICMS, nos casos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Ao adquirente ou destinatário da mercadoria, pelo pagamento do imposto em operações antecedentes ou subsequentes.
- (B) Ao industrial ou outra categoria de contribuinte, pelo pagamento do imposto devido em operações anteriores.
- (C) Ao produtor, importador, distribuidor, comerciante ou transportador, pelo pagamento do imposto devido nas operações subsequentes.
- (D) Ao transportador, pelo pagamento do diferencial de alíquota, em prestações interestaduais de serviço de transporte de bens destinados ao uso, consumo e ativo permanente de contribuinte localizado no Estado do Rio de Janeiro.
- (E) Ao depositário, a qualquer título, em relação à mercadoria depositada por contribuinte.

60

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS vigorará até _____.
- II. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS não alcança a atividade de _____.
- III. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS tem base normativa originária em (no/na) _____.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das afirmativas apresentadas.

- (A) o ano de 2010 / fornecimento de energia elétrica residencial até 400 quilowatts/hora mensais / Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal
- (B) o ano de 2010 / fornecimento de alimentação / lei complementar
- (C) o ano de 2011 / refino de sal para alimentação / lei ordinária
- (D) o ano de 2011 / fornecimento de alimentação / Constituição Estadual
- (E) o ano de 2010 / refino de sal para alimentação / Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

61

Sociedade empresária com atividade comercial, vende e transporta as mercadorias que aliena até o domicílio do comprador, cobrando R\$ X pela mercadoria e acrescentando R\$ Y a título de frete.

Com relação ao ICMS devido por tal contribuinte, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS deve ser calculado apenas sobre R\$ Y.
- (B) O ICMS deve ser calculado apenas sobre R\$ X.
- (C) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da diferença entre R\$ X e R\$ Y.
- (D) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da soma de R\$ X e R\$ Y.
- (E) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da soma de R\$ X e R\$ Y, apenas se este último valor constar da competente nota fiscal.

62

Assinale a alternativa que complete corretamente o texto a seguir:

Com relação ao crédito do ICMS, relativo à aquisição de bem destinado ao ativo permanente, o contribuinte efetuou regular apropriação em prazo inferior a 4 (quatro) anos _____.

- (A) porque o bem do ativo foi alienado antes de decorrido o prazo de 4 (quatro) anos, contado da data de sua aquisição.
- (B) porque o período de apuração do imposto era superior a 1 (um) mês.
- (C) porque o total das operações de saídas tributadas no período foi inferior ao das saídas com destino ao exterior, no mesmo período.
- (D) porque a escrituração da nota fiscal relativa à aquisição do bem se deu fora do prazo regulamentar, embora no mesmo período de apuração da respectiva entrada.
- (E) porque a atividade desenvolvida pelo contribuinte adquirente do bem era exclusivamente comercial.

63

Com relação aos documentos fiscais do ICMS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os documentos fiscais dispensam a autenticação, embora possa o Poder Executivo exigí-la.
- II. O contribuinte deve emitir o documento fiscal que se ajuste às operações por ele realizadas.
- III. Os documentos fiscais não podem ser cancelados no caso de já terem sido escriturados no livro fiscal próprio, ou dado trânsito à mercadoria.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

64

A responsabilidade pela retenção do imposto devido nas operações subsequentes com gás natural veicular (GNV) é atribuída:

- (A) ao industrial quanto ao produto que utilizar como bem de consumo.
- (B) à refinaria de petróleo estabelecida no Estado do Rio de Janeiro.
- (C) à distribuidora de combustíveis, como tal definida por órgão federal competente.
- (D) ao transportador revendedor retalhista – TRR.
- (E) à concessionária de distribuição de gás.

65

O fiscal de rendas que, no exercício de suas atribuições de fiscalização, lançamento e cobrança de tributos, encontrar indícios da prática de ilícitos penais de natureza tributária e conexos, deve:

- (A) registrar o fato no relatório de fiscalização, apenas no caso de se tratar de conduta delituosa prevista nos artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137/90.
- (B) formalizar processo administrativo independente.
- (C) representar junto ao Secretário de Estado de Fazenda.
- (D) encaminhar notícia ao titular da sua unidade fiscal.
- (E) comunicar ao Procurador Geral de Justiça a abertura da respectiva sindicância administrativa.

66

Com relação à Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária (GIA-ST) e à Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA-ICMS), analise as afirmativas a seguir e assinale V para verdadeiro e F para falso.

- I. O prazo para apresentação da GIA-ST é até o dia 10 do mês seguinte ao das operações realizadas. ()
- II. A GIA-ST pode ser elaborada em formulário escrito. ()
- III. A GIA-ICMS pode ser emitida por programa do próprio contribuinte. ()
- IV. Os estabelecimentos que realizarem exclusivamente operação com livro, revista ou periódico estão obrigados a entregar a GIA-ICMS. ()

Assinale a alternativa que contenha, de cima para baixo, a ordem correta.

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – V – V – V.
- (D) F – V – F – F.
- (E) V – F – F – F.

67

Com relação ao sistema de sorteio público de prêmios denominado CUPOM MANIA, assinale a alternativa correta.

- (A) Podem participar do sistema CUPOM MANIA pessoa jurídica ou pessoa física maior de 18 (dezoito) anos, que tenha adquirido mercadoria sujeita à tributação pelo ICMS, como consumidor final.
- (B) A aprovação do regulamento do CUPOM MANIA, com validade de 01 (um) ano, fez-se por resolução do Secretário de Estado de Fazenda, podendo ser prorrogado por outra resolução do próprio Secretário.
- (C) É válido para participar dos sorteios o cupom fiscal impresso por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), emitido por contribuinte estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1º de outubro de 2009.
- (D) Não são considerados válidos, os cupons fiscais emitidos por estabelecimentos optantes pelo Simples Nacional, mesmo se usuários do Sistema Eletrônico de Processamento de Dados – SEPD.
- (E) O envio dos dados do cupom fiscal pode ser efetuado através de telefone fixo ou aparelho celular (por meio de mensagem curta de texto – SMS), ou ainda através da Internet (endereço eletrônico www.cupommania.rj.gov.br).

68

Assinale a alternativa que descreva a situação em que o contribuinte pode ser submetido a sistema especial de controle, fiscalização e pagamento do imposto e a arbitramento do valor das operações ou prestações.

- (A) Quando deixar de recolher imposto devido, em prazo estabelecido na legislação.
- (B) Quando deixar de entregar, por período superior a 60 (sessenta) dias, declaração exigida pela legislação.
- (C) Quando ocorrer a inutilização ou extravio de livros ou documentos fiscais.
- (D) Quando mantiver equipamento emissor de cupom fiscal em desacordo com as normas regulamentares.
- (E) Quando, por qualquer motivo, haja necessidade de controlar operações abrangidas por termo de acordo ou regime especial.

69

A respeito da *Escrituração Fiscal Digital – EFD*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A EFD compõe-se da totalidade das informações fiscais, em meio digital, necessárias à apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.
- II. Para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica da EFD, as informações devem ser prestadas em arquivo digital com assinatura digital do contribuinte, certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- III. O contribuinte obrigado à EFD poderá escriturar o livro Registro de Apuração do ICMS, modelo 9, de forma diversa, desde que autorizado pela autoridade competente.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

70

Com relação à *apuração e pagamento do ICMS*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Débito de imposto não se confunde com imposto devido.
- II. Adicionam-se aos débitos os estornos de créditos e o saldo credor apurado no período anterior.
- III. Os créditos do período são constituídos pelos valores do imposto relativo às operações de que decorrerem as entradas de mercadorias no estabelecimento.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

71

Com relação à *Taxa de Serviços Estaduais – TSE*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O não pagamento, total ou parcial, sujeita o infrator à multa corresponde a 80% (oitenta por cento) do valor da TSE não paga.
- (B) A TSE incide sobre os atos expressamente enumerados em lei complementar estadual.
- (C) A TSE não incide sobre os pedidos de benefícios funcionais e recursos de punições estatutárias.
- (D) A pessoa física que der causa à realização dos atos ou serviços que constituem seu fato gerador, é contribuinte da TSE.
- (E) A fiscalização da TSE não é da competência da Secretaria de Estado de Fazenda.

72

Compete ao Estado do Rio de Janeiro regular os procedimentos de fiscalização, de arrecadação e de lançamento de suas receitas não tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A execução dos referidos procedimentos cabe à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, ou a outro órgão que venha a substituí-la.
- (B) A mencionada competência do Estado não alcança as receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural.
- (C) A mencionada competência do Estado exclui a da União para a regulação e fiscalização da exploração de referidos recursos hídricos e minerais.
- (D) Dentre os referidos procedimentos, não se inclui a lavratura de auto de infração pela fiscalização tributária estadual.
- (E) Nos processos referentes à constituição de créditos relativos às referidas receitas não tributárias não são aplicáveis as normas da legislação de regência do ICMS.

73

Com relação ao *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação – ITD*, devido no caso de escritura pública de inventário e partilha de bens, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O reconhecimento de isenção, imunidade e não incidência deve ser certificado pela autoridade fazendária, no plano de partilha apresentado.
- (B) O ITD deve ser pago antes da lavratura do ato notarial.
- (C) Para processamento da guia de recolhimento do ITD, o interessado deve apresentar à Secretaria de Estado de Fazenda, dentre outros documentos, o plano de partilha, certidões de óbito e de casamento do autor da herança.
- (D) O lançamento do ITD terá por base os valores atribuídos aos bens pela autoridade fiscal.
- (E) Havendo desigualdade nas meações ou entre quinhões, sem compensação financeira compatível, não incide o ITD.

74

Com base na Lei nº 8.137/90, analise as afirmativas a seguir.

- I. Falsificar ou alterar nota fiscal.
- II. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária.
- III. Vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência.
- IV. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

Assinale a alternativa que indique a quantidade correta dos tipos de crimes apresentados nas afirmativas.

	Crime contra a ordem tributária	Crime funcional contra a ordem tributária	Crime contra a ordem econômica e as relações de consumo
(A)	2	2	0
(B)	2	1	1
(C)	1	2	1
(D)	1	1	2
(E)	0	2	2

75

Assinale a alternativa que indique a consequência que advém do fato de o contribuinte escriturar, com atraso, o documento fiscal relativo à aquisição de mercadoria.

- (A) Direito de apropriar o valor do crédito no período correspondente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento.
- (B) Perda do direito ao respectivo crédito do ICMS.
- (C) Direito de corrigir monetariamente o valor do crédito
- (D) Sujeição à penalidade, mesmo que não tenha havido início de ação fiscal.
- (E) Obrigatoriedade de comunicação à repartição fiscal competente.

76

Com relação à Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, analise as afirmativas a seguir.

- I. Fixa regras atinentes à lei de diretrizes orçamentárias, à lei orçamentária anual e à execução orçamentária e cumprimento das metas.
- II. Proíbe a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita.
- III. Estabelece que o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária, em até 20%.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

77

Segundo a Lei n. 5.351, de 15 de dezembro de 2008, o parcelamento dos créditos do Estado do Rio de Janeiro, inscritos em dívida ativa:

- (A) não poderá ser deferido, se o crédito pertencer a autarquia ou fundação pública estatal.
- (B) poderá ser deferido em até 60 (sessenta) vezes, se de natureza tributária.
- (C) se deferido, não implica confissão irrevogável do débito, nem expressa renúncia ou desistência de qualquer recurso, administrativo ou judicial.
- (D) será cancelado, no caso de falta de pagamento de 3 (três) prestações seguidas ou de 6 (seis) intercaladas.
- (E) terá o valor de suas parcelas mensais corrigido monetariamente, sem qualquer outro acréscimo.

78

Com relação à *Propaganda* e à *Publicidade*, assinale a alternativa correta.

- (A) São atividades que se sujeitam ao ICMS quanto ao planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade.
- (B) São atividades que se sujeitam ao ICMS quanto à elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
- (C) São atividades que não se sujeitam ao ICMS.
- (D) São atividades que não se sujeitam ao ICMS, salvo no caso de promoção de vendas.
- (E) São atividades que se sujeitam ao ICMS apenas quanto à publicidade.

79

Em substituição ao regime normal de apuração do imposto, as empresas prestadoras de serviços de transporte, relacionadas a seguir, devem pagar mensalmente o ICMS por estimativa, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) aquaviário de cargas e veículos.
- (B) rodoviário intermunicipal de passageiros.
- (C) aquaviário de passageiros.
- (D) ferroviário e metroviário de passageiros.
- (E) rodoviário de carga.

80

Com relação à participação dos municípios na arrecadação dos impostos estaduais, com base na Lei Complementar nº 63/90, é correto afirmar que:

- (A) as parcelas do ICMS pertencentes aos municípios não compreendem os juros e a correção monetária, quando arrecadados como acréscimos no pagamento do imposto pelo contribuinte.
- (B) para efeito da apuração da participação de cada município na arrecadação do ICMS (25%), o primeiro critério limita em 2/4 (dois quartos) na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.
- (C) para efeito do cálculo do valor adicionado (ICMS), não se computam os valores das operações e prestações que gozem de isenção do ICMS.
- (D) a participação na arrecadação do IPVA (50%) deve ser imediatamente creditada ao competente município, através do próprio documento de arrecadação, no momento do pagamento do imposto.
- (E) no caso de o crédito relativo ao ICMS ser extinto por compensação ou transação, fica o Estado desobrigado de efetuar qualquer depósito ou remessa dos 25% (vinte e cinco por cento) pertencentes aos municípios.

Contabilidade Geral e de Custos e Auditoria

81

Assinale a alternativa que apresente a circunstância em que o Sistema de Custeio por Ordem de Produção é indicado.

- (A) O montante dos custos fixos é superior ao valor dos custos variáveis.
- (B) A empresa é monoprodutora.
- (C) O montante dos custos indiretos de fabricação é maior que os custos de mão de obra direta.
- (D) A empresa adota o Custo-Padrão para controle dos custos indiretos de fabricação.
- (E) Os produtos são industrializados de acordo com as especificações dos clientes.

82

No momento da elaboração das demonstrações contábeis, o profissional de contabilidade responsável deverá definir a estrutura do balanço patrimonial, considerando a normatização contábil. Esse procedimento tem como objetivo principal:

- (A) aprimorar a capacidade informativa para os usuários das demonstrações contábeis.
- (B) atender às determinações das autoridades tributárias.
- (C) seguir as cláusulas previstas nos contratos de financiamento com os bancos.
- (D) acompanhar as características aplicadas no setor econômico de atuação da empresa.
- (E) manter a consistência com os exercícios anteriores.

83

A respeito do controle de qualidade da Auditoria das Demonstrações Contábeis, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os sistemas, as políticas e os procedimentos de controle de qualidade são de responsabilidade da empresa auditada que deve seguir as políticas e processos de trabalho implantadas.
- II. O revisor do controle de qualidade do trabalho deve realizar uma avaliação subjetiva dos julgamentos feitos pela equipe de trabalho e, ao elaborar o relatório, as conclusões devem envolver a revisão das demonstrações contábeis.
- III. No caso de surgirem diferenças de opinião dentro da equipe de trabalho, com as pessoas consultadas ou, quando aplicável, entre o sócio encarregado do trabalho e o revisor do controle de qualidade do trabalho, a equipe de trabalho deve seguir as políticas e procedimentos da firma para tratar e resolver as diferenças de opinião.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

84

Com relação à Resolução 986/03, que estabelece os procedimentos relacionados à Auditoria Interna, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.
- II. Deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.
- III. Deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

85

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com relação à amostragem em auditoria, define o termo *anomalia* como:

- (A) o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, possa ser diferente se toda a população estiver sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- (B) a distorção ou o desvio comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população.
- (C) o processo de dividir uma população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes.
- (D) um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.
- (E) o conjunto completo de dados sobre o qual a amostra é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.

86

De acordo com as normas de auditoria em vigor, a medida da qualidade da evidência de auditoria, isto é, a relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta o auditor, é conhecida como:

- (A) avaliação dos procedimentos de auditoria.
- (B) avaliação dos papéis de trabalho dos especialistas.
- (C) suficiência da evidência de auditoria.
- (D) evidência de auditoria.
- (E) adequação da evidência de auditoria.

87

A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível.

Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima.

No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

88

A Cia Magé apresentava os seguintes saldos no Balanço Patrimonial de 31.12.2008:

Inventário de matérias primas	R\$	10.000,00
Inventário de produtos em elaboração	R\$	4.000,00
Inventário de produtos acabados	R\$	20.000,00

Em 2009, verificou-se que a empresa realizou as seguintes transações econômicas:

Compras de matérias primas	R\$	50.000,00
Custo de mão de obra direta	R\$	30.000,00
Mão de obra indireta da fábrica	R\$	6.000,00
Materiais indiretos de fabricação	R\$	11.000,00
Depreciação dos equipamentos da fábrica	R\$	2.000,00
Depreciação dos veículos das lojas	R\$	3.000,00
Despesa com créditos de liquidação duvidosa	R\$	1.000,00

No final de 2009, a empresa efetuou a avaliação dos saldos existentes nos estoques, obtendo a seguinte informação:

Inventário de matérias primas	R\$	7.000,00
Inventário de produtos em elaboração		zero
Inventário de Produtos Acabados	R\$	6.000,00

Assinale a alternativa que indique o valor do Custo dos Produtos Vendidos a ser apresentado na Demonstração do Resultado de 2009.

- (A) R\$ 126.000,00.
- (B) R\$ 71.000,00.
- (C) R\$ 123.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00.
- (E) R\$ 101.000,00.

89

A Cia Petrópolis apresentava os seguintes dados para a montagem da Demonstração do Valor Adicionado em 31.12.X0:

Vendas <i>(incluindo R\$ 190,00 de impostos incidentes sobre vendas)</i>	R\$ 1.000,00
Compra de matéria-prima <i>(incluindo R\$ 80,00 de impostos recuperáveis incidentes sobre as compras)</i>	R\$ 240,00
Despesas de Salários	R\$ 200,00
Despesa de Juros	R\$ 140,00
Estoque inicial de matéria prima	zero
Estoque final de matéria prima	zero

Assinale a alternativa que indique corretamente o valor adicionado a distribuir da Cia Petrópolis em 31.12.X0.

- (A) R\$ 310,00. (B) R\$ 510,00.
(C) R\$ 620,00. (D) R\$ 650,00.
(E) R\$ 760,00.

90

Em janeiro de 2010, a Cia Teresópolis preparava suas Demonstrações Contábeis de 2009, quando um fato negativo e significativo ocorreu na empresa, obrigando-a a uma mudança nos critérios contábeis para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

De acordo com as normas do CPC aprovadas pelo CFC, assinale a alternativa que indique a causa para que esse fato tenha ocorrido.

- (A) A identificação de que a empresa não mais poderá se manter em continuidade.
(B) A empresa adquiriu controle de uma nova sociedade de grande porte.
(C) A empresa tinha passivos em moeda estrangeira e houve uma acentuada desvalorização da moeda nacional.
(D) A ocorrência de uma mudança significativa na carga tributária incidente para a empresa.
(E) O principal depósito de mercadorias da empresa sofreu um incêndio de grandes proporções.

91

A Cia Barra Mansa apresentava os seguintes dados em relação ao seu Ativo Imobilizado: equipamentos – custo R\$10.000,00.

Esses ativos entraram em operação em 01.01.2007 e têm vida útil estimada em 5 anos, sendo depreciados pelo método linear.

No início de 2010, a empresa procedeu a uma revisão dos valores, conforme previsto no CPC 27, aprovado pelo CFC. Assim, constatou as seguintes informações:

Valor Justo	R\$ 4.500,00.
Valor Residual	R\$ 4.800,00.

Analisando as informações citadas, assinale a alternativa que indique corretamente o tratamento contábil a ser seguido, a partir de 01.01.2010.

- (A) A empresa deve manter a despesa de depreciação de R\$ 2.000,00 ao ano.
(B) A empresa deve acelerar a despesa de depreciação uma vez que o valor residual aumentou.
(C) A empresa deve suspender a despesa de depreciação uma vez que o valor residual está maior que o valor contábil.
(D) A empresa deve suspender a despesa de depreciação uma vez que o valor justo está maior que o valor contábil.
(E) A empresa deve acelerar a despesa de depreciação uma vez que o valor justo aumentou.

92

A Cia Niterói apresentava apenas os seguintes saldos nas contas do seu Patrimônio Líquido, em 31.12.2008:

Capital Social	R\$ 1.000,00
Reserva Legal	R\$ 180,00
Total do PL	R\$ 1.180,00

Em 2009, a empresa obteve um lucro líquido de R\$1.000,00.

Em seu estatuto social, a empresa determina a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o artigo 202 da lei 6404.

A empresa somente irá realizar a assembleia para aprovação dos dividendos em 2010.

Considerando que a empresa segue todas as determinações legais e as normas estabelecidas pelo CPC, aprovadas pelo CFC, assinale a alternativa que indique o valor total do PL em 31.12.2009.

- (A) R\$ 1.930,00.
(B) R\$ 1.935,00.
(C) R\$ 1.943,00.
(D) R\$ 2.180,00.
(E) R\$ 1.885,00.

93

A empresa X produz e vende unicamente o produto Y. A margem de contribuição unitária de Y duplicou do primeiro para o segundo trimestre de 2010.

A causa correta para que esse fato tenha ocorrido é:

Obs.: Mantendo-se constantes todas as outras variáveis.

- (A) diminuição do salário do contador.
(B) aumento do valor do aluguel da fábrica.
(C) diminuição do valor do aluguel da fábrica.
(D) aumento do preço cobrado por Y.
(E) aumento do custo da matéria prima utilizada para fabricar Y.

94

O Balancete de 31.12.2009 da Cia Volta Redonda, que atua exclusivamente no comércio varejista, apresentava os seguintes saldos (em R\$):

Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000,00
Estoques previstos para serem vendidos em 100 dias	30.000,00
Clientes, com vencimento em 120 dias	140.000,00
Contas de Ajuste a Valor Presente a apropriar sobre clientes	1.000,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre clientes	2.000,00
Provisão para Contingências Tributárias	5.000,00
Provisão para Perdas nos Estoques	3.000,00
Seguros Pagos Antecipadamente, a serem apropriados mensalmente de forma linear por dois anos	2.400,00
Aplicação Financeira para ser realizada em um prazo de 180 dias	32.000,00
Empréstimo a acionistas a ser recebido em 60 dias	5.000,00

Assinale a alternativa que indique o total do Ativo Circulante a ser evidenciado no Balanço Patrimonial de 31.12.2009.

- (A) R\$ 218.000,00.
(B) R\$ 221.000,00.
(C) R\$ 217.200,00.
(D) R\$ 222.200,00.
(E) R\$ 221.200,00.

95

De acordo com as regras de auditoria o procedimento substantivo, planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, inclui:

- (A) testes adjetivos, procedimentos analíticos e teste de controle.
- (B) testes de controle, revisão analítica e testes de detalhes.
- (C) testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.
- (D) evidência de auditoria, testes de controle e testes de observância.
- (E) procedimentos analíticos substantivos, testes de relevância e testes de procedimentos.

96

Com relação ao planejamento e execução da auditoria de demonstrações contábeis, analise as afirmativas a seguir.

- I. O auditor deve adotar julgamento profissional quanto à natureza, à época e à extensão dos procedimentos aplicados para o cumprimento das exigências das normas e a coleta de evidências.
- II. O auditor deve avaliar se foi obtida evidência de auditoria suficiente e apropriada e se algo mais precisa ser feito para que sejam cumpridos os objetivos das normas e, com isso, os objetivos gerais do auditor.
- III. O auditor deve extrair conclusões baseadas nas evidências obtidas, por exemplo, pela avaliação da razoabilidade das estimativas feitas pela administração na elaboração das demonstrações contábeis.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

97

Nas atividades de planejamento o auditor deve estabelecer uma estratégia global definindo o alcance, a época e a direção para o desenvolvimento do plano de auditoria.

A respeito do planejamento da auditoria, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O auditor deve identificar as características do trabalho para definir o seu alcance, bem como definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.
- (B) O auditor deve considerar os fatores que no seu julgamento profissional são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho e determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho.
- (C) O auditor deve considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho de auditoria e, quando for o caso, a relevância do conhecimento obtido em outros trabalhos.
- (D) O auditor deve desenvolver o plano de auditoria e nele deve incluir a descrição da natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados de avaliação de risco.
- (E) O auditor deve atualizar e alterar a estratégia global e o plano de auditoria, para definir o tipo de técnica e os procedimentos aplicáveis na revisão do seu trabalho.

98

De acordo com a Resolução CFC n.º 1229/09, as atividades inerentes a auditoria interna estão relacionadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Revisão da conformidade com leis e regulamentos.
- (B) Monitoramento da auditoria externa.
- (C) Exame das informações contábeis e operacionais.
- (D) Revisão das atividades operacionais.
- (E) Gestão de risco.

99

O auditor independente, para determinar se o trabalho dos auditores internos é adequado, deve avaliar os aspectos relacionados nas alternativas a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A objetividade da função de auditoria interna.
- (B) A competência técnica dos auditores internos.
- (C) A necessidade do uso do trabalho de especialistas para executar a auditoria interna.
- (D) O zelo profissional demonstrado pelos auditores internos durante o trabalho.
- (E) A comunicação eficaz entre os auditores internos e o auditor independente.

100

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A prevenção e detecção da fraude é de responsabilidade da governança da entidade e da sua administração.
- II. Apesar de o auditor poder suspeitar ou, em raros casos, identificar a ocorrência de fraude, ele pode estabelecer juridicamente se realmente ocorreu fraude.
- III. O auditor que realiza auditoria de acordo com as normas é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contém distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

▶ **Espaço para rascunho**

▶ **Espaço para rascunho**

Realização:



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS